

TERRITORIAL



A área ambiental é uma das mais cruelmente castigadas neste primeiro ano da gestão do governo Bolsonaro. Não bastassem as ações de desmonte da política de proteção ambiental, o país ainda passou por pelo menos quatro tragédias ambientais sem que o governo federal demonstrasse eficácia ou efetivo interesse em combatê-las.

Desastres ecológicos e a política de desmonte ambiental

Após décadas de evolução e consolidação, o ano de 2019 já ficou marcado como o de maior desconstrução da política de proteção ambiental brasileira. Fora os discursos incentivadores para exploração das áreas ambientalmente protegidas do país, que ampliam a permissividade aos infratores, o governo atua firmemente para afrouxar leis e sucatear órgãos de preservação ambiental. E muitos são os exemplos deste desmonte, tais como:

- desestruturação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com perdas de autonomia de técnicos e de segurança em campo até de fiscais ambientais;
- transferência do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente para o Ministério da Agricultura;
- flexibilização e redução das multas por crimes ambientais e institucionalização desta prática por

meio do projeto de criação do “Núcleo de conciliação”, que poderá mudar o valor ou até mesmo anular multas por crimes ambientais. Apesar do número de infrações ambientais ter aumentado significativamente em 2019, o número de multas regrediu em cerca de 30%;

- contestação dos dados oficiais de desmatamento do sistema Deter, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), criado pelo governo Lula em 2004 e que possibilita o ágil diagnóstico de áreas desmatadas. Além da demissão do diretor do Instituto ao ser confrontado tecnicamente;
- interrupção do bilionário Fundo Amazônia, que financiava mais de uma centena de projetos de proteção da Amazônia e seus povos e teve os recursos suspensos pelas fontes doadoras (Noruega e Alemanha) devido ao aumento do desmatamento e à extinção de Conselhos que faziam a gestão dos recursos;
- proposta de revisão das Unidades de Conserva-

ção do país, que poderão ter os seus traçados revis-
tos ou ser até extintas;

- recriminação de fiscais ambientais que, amparados legalmente, destruíram equipamentos apreendidos usados por madeireiros e garimpeiros criminosos;

- proposta de regularização fundiária via autodeclaração, que permitiria a grileiros a legalização de terras apropriadas ilegalmente;

- redução da cobrança de tarifas ambientais para quem visita Fernando de Noronha, reduzindo em consequência os recursos para manutenção da ilha, sem indicação de fonte de recursos alternativa;

- propostas para redução de terras indígenas e áreas remanescentes de quilombos;

- aumento da violência no campo e contra os indígenas;

- visão governamental de que o indígena deve viver da mesma forma que a população não indígena urbana;

- liberação excessiva de agrotóxicos, alguns inclusive proibidos em outros lugares do mundo;

- revisão de tributos ambientais aplicados a empresas que causam alto e negativo impacto ambiental;

- a escolha de um ministro do Meio Ambiente que, além de já ter sido condenado por crime ambiental, não considera para sua prática de trabalho a temática do aquecimento global e que defende os interesses do agronegócio em detrimento dos ambientais;

- o exemplo de impunidade ao exonerar o servidor que multou o atual presidente por pesca ilegal em 2012;

- revisão da lista de espécies aquáticas ameaçadas após um pedido do Ministério da Agricultura;

- autorização, por parte do presidente do Ibama, do leilão de sete blocos de petróleo localizados em regiões de alta sensibilidade ambiental, como no Arquipélago de Abrolhos, ignorando os relatórios técnicos da própria equipe do Instituto;

- possível desalojamento de centenas de famílias quilombolas e de descendentes dos índios Tapuias que já residem há séculos na região do entorno do Centro de Lançamento de Alcântara (MA), devido à expansão e concessão aos Estados Unidos.

O agravante deste desmonte da política ambiental em curso é que viola ainda mais uma área que já é de grande fragilidade: florestas e povos que não possuem meios de autodefesa diante da grandiosidade e diversidade das agressões. Algo que, além de desumano, é de baixa eficácia econômica para o país, vide os crescentes boicotes internacionais a produtos brasileiros. Não por acaso, este primeiro ano do governo Bolsonaro também sido marcado por grandes tragédias ecológicas causadas por crimes ambientais.

Rompimento da barragem de Brumadinho

O rompimento da barragem ocorrida na planta de mineração de ferro da empresa Vale em Brumadinho (MG) deixou 253 mortos e dezessete oficialmente desaparecidos até o momento. A Vale do Rio Doce foi, mais uma vez, responsável por um desastre criminoso em Minas Gerais, que poderia ter sido evitado com manutenção, investimentos em itens de segurança e fiscalização. As vítimas do rompimento desta barragem se juntam agora na dor e na disputa contra as manobras judiciais da Companhia, aos atingidos pelo rompimento da barragem em Mariana (MG), em 2015, que ainda clamam por justiça e indenizações.

Após este crime ambiental, as medidas tomadas pelo governo federal e acima citadas vão na contra-mão dos procedimentos de mitigação de riscos indicados por normas nacionais e internacionais, que pregam pela maior rigidez da legislação ambiental e da avaliação dos riscos em barragens, pelo aumento da fiscalização de empresas mineradoras e a melhor estruturação de órgãos de controle ambiental.

Em suas declarações, Bolsonaro também mostrou ser a favor da exploração irrestrita dos recursos naturais em áreas de proteção. No mesmo caminho, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, chegou a defender um licenciamento ambiental simplificado e autodeclaratório, que responsabilizaria as pessoas físicas pelos laudos e não as empresas do setor da mineração. O ministro também se reuniu em setembro para ouvir as demandas de líderes garimpeiros, alguns deles denunciados por comércio ilegal de ouro, invasão de terras indígenas e outras violências.

Crescimento recorde do desmatamento na Amazônia

As queimadas na Amazônia brasileira apresentaram crescimentos recordes e chamaram a atenção do mundo, tendo repercussões na imprensa tradicional e nas mídias sociais, e deflagraram uma crise internacional em pleno o início do governo Bolsonaro.

O crescimento do ritmo do desmatamento é um dos grandes responsáveis por emissões de gases de efeito estufa no Brasil, ocasionando mudanças climáticas e distanciamento das metas pactuadas em torno do Acordo de Paris. Em seu discurso na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, o presidente Jair Bolsonaro negou que esteja acontecendo algo errado na Amazônia. Apresentando sua visão negacionista, ultraconservadora e antiindigenista, banalizou as queimadas ocorridas no país. Em meio a essa fala ideológica, que separa o Brasil das demais nações, Bolsonaro só se esqueceu de mostrar os dados da realidade.

A média de desmatamento da floresta até outubro deste ano foi 83% superior ao mesmo período de 2018, que, por sua vez, já apresentou um crescimento de 8% em relação a 2017. No entanto, com a consolidação das práticas ambientais do novo governo, estes índices superaram 200% de crescimento em julho e agosto. O número de focos de queimadas também aumentou em 2019, cerca de 82% em relação a 2018. Muitos indígenas tiveram suas terras invadidas, sofreram violências e foram inclusive assassinados.

Ao encontrar-se encurralado pela desestruturação da política ambiental brasileira e pelo aumento do desmatamento, o presidente declarou que as queimadas estariam sendo feitas por ONGs para chamar atenção internacional. Como de costume o presidente não apresentou nenhuma prova ou evidência a respeito. Na verdade, as queimadas estão sendo usadas para limpar a terra de áreas recém-desmatadas, majoritariamente para que seja utilizada para atividades econômicas como cultivo agrícola ou pastagem para gado - conforme apontado por estudo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

Em vez de acusar os ambientalistas pelos incêndios, o atual presidente deveria aumentar a fiscalização e a criminalização dos desmatadores, bem como não poderia ter realizado corte de recursos

para a estruturação do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) e o outro de mais de cinco milhões de reais para a fiscalização e o combate aos incêndios realizados pelo ICMBio. Os cortes orçamentários reduziram em quase 25% o total de brigadistas temporários contratados para conter as queimadas.

Derramamento de óleo na costa litorânea brasileira

A tragédia do derramamento de petróleo cru, que se iniciou e abrangeu todos os estados do Nordeste brasileiro, só aumenta e cada semana ganha novos infelizes capítulos e territórios. Até agora já foram atingidas mais de quinhentas praias no país e uma extensão superior a três mil quilômetros do litoral maranhense ao capixaba. Devido às correntes marítimas, o petróleo cru segue rumo ao Sul do país, podendo chegar em dezembro ao Rio de Janeiro se não for contido. No outro extremo, ele voltou a aparecer em diversas praias nordestinas que já haviam sido superficialmente despoluídas.

Além da perigosa mortandade marinha que este derramamento vem causando e ainda pode causar, muitos casos de pessoas com infecção já foram registrados, notadamente entre os voluntários e pescadores. O risco é ainda maior caso se consumam pescados contaminados, o que pode levar a doenças mais graves.

O desastre também afeta a economia local, atingindo majoritariamente os setores de pesca e de turismo, que são as vocações econômicas e de sobrevivência predominantes nas localidades afetadas. Cerca de 1,4 milhão de trabalhadores estão com seus empregos em risco, ou já com impedimento de atuação. Juntos somam uma massa de renda mensal de quase 1,5 bilhão de reais.

Nesta tragédia, além da ineficácia governamental, o que também causa preocupação é não se saber ao certo a quantidade de óleo que foi despejada no mar. Estimativas especulam um volume de até quinze mil toneladas de petróleo cru derramado. Como até meados de novembro foram recolhidas cerca de quatro mil toneladas, sendo que metade deste volume pode ser composto por areia, pode haver ainda muito petróleo a aparecer e por recolher.

Enquanto esse derramamento evoluía, o governo federal demonstrou sua já tradicional lentidão e descompromisso para lidar com situações ambientais, começando a agir somente quando a catástrofe abalou mais fortemente sua imagem frente à população e à comunidade internacional.

Não bastasse isto, vale a lembrança de que a gestão Bolsonaro extinguiu, em abril deste ano, os comitês do plano de ação de incidentes com óleo, que poderiam agilizar e organizar atuações contra o espalhamento do óleo logo em seu início. Em um país com tamanha zona costeira e com grandes explorações de petróleo, esta extinção demonstrou-se uma atitude de grande irresponsabilidade.

Pantanal tem incêndio recorde

Os incêndios no Pantanal, a maior planície alagada do planeta, cresceram quase dois mil por cento em outubro deste ano (2.430 focos de incêndio) em relação ao mesmo mês do ano passado (119). Somente no estado do Mato Grosso do Sul, cerca de 1,5 milhão de hectares foi queimado, algo como quinze cidades de São Paulo, em termos de área.

Os incêndios na região são anualmente rotineiros, mas em 2019 eles apresentaram proporções muito maiores e em diversas direções. Segundo o coordenador da Defesa Civil do estado do Mato Grosso do Sul, Fábio Catarinelli, noventa por cento das queimadas são de causa humana, seja por ação ou omissão. Fazendeiros fazem uso delas principalmente para limpar áreas de pasto, ou ainda para plantio, além de outros, que se aproveitam para a exploração irregular dos recursos naturais.

Apesar de eficientes, as brigadas de bombeiros foram insuficientes para conter o fogo. Somente as

fortes chuvas, que ocorreram de 8 a 10 de novembro, foram efetivas para controlar queimadas, que já estavam em um patamar anormal desde setembro.

Mas a situação, nos dias atuais, sempre pode piorar, infelizmente. No dia 5 de novembro, o presidente Jair Bolsonaro revogou um decreto de 2009, que proibia o avanço das plantações de cana-de-açúcar sobre os biomas pantaneiro e amazônico. Além do dano ecológico, há também o econômico, pois este decreto dava ao etanol brasileiro o diferencial ambiental no mercado mundial ao proteger biomas importantes. Em consequência, aumenta o risco internacional de boicote ao açúcar brasileiro.

Por conta das queimadas, estruturas foram danificadas e serviços públicos e de internet deixaram de ser oferecidos em alguns municípios da região. Estradas tiveram que ser evitadas. Hospitais registraram aumento no número de internados devido a inalação de fumaça. Além disto, foram identificados muitos animais mortos por asfixia da fumaça ou queimados, inclusive alguns já em risco de extinção, como a arara-azul.

Em suma, em termos ambientais, o primeiro ano do governo Bolsonaro está sendo caracterizado pelo desmonte da política ambiental, pelo avanço maciço do desmatamento nos biomas brasileiros, pela permissividade com a exploração ilegal dos recursos naturais do país e pela ineficiência e desinteresse na mitigação das tragédias e crimes ambientais até então ocorridos. Estes fatos vieram acompanhados por conflitos sociais pelo uso da terra e resultaram no aumento da violência no campo e na mata. Para além do aspecto humano, as consequências vêm potencializando e causando boicotes comerciais de países importadores, o que coloca em risco negociações como as do possível acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia.